



Espaço & Geografia

A GEOGRAFIA POLÍTICA EM DEBATE: RÉPLICA AOS COMENTÁRIOS DO ENSAIO “GEOGRAFIA POLÍTICA: O QUE É AFINAL E PARA QUE SERVE”

CASTRO, I. E

Iná Elias de Castro¹.

¹ Departamento de Geografia, UFRJ, Brasil.

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562022e46508>

Em primeiro lugar quero agradecer e parabenizar ao editor da Revista Espaço & Geografia da Universidade de Brasília, professor Daniel de Abreu Azevedo pelo convite para elaborar um texto que seria submetido ao escrutínio de colegas da geografia política. Esta não é uma prática comum entre nós e considero um privilégio a oportunidade de ter um texto lido, analisado e comentado por geógrafos experientes que aplicaram seu precioso tempo nessa tarefa. E aqui vai um agradecimento especial a Wanderley Messias da Costa, Aldomar Ruckert, Antonio Angelo Martins Fonseca e Adilar Antonio Cegolini pelos comentários, críticas e alertas sobre questões, que ao ver de cada um, merecem melhor discussão. Em comum, essas leituras trazem o aporte da competência e generosidade intelectual dos colegas, ao oferecer suas contribuições sobre a geografia política, indo bem além do que o meu texto, tendo em vista seu objetivo, seria capaz de oferecer. A geografia política tem, portanto, muito a ganhar com as questões trazidas pelo ensaio e pelo debate iniciado pelos textos dos colegas e por este texto que se propõe a esclarecer dúvidas, a reduzir controvérsias e, por que não, estabelecer de forma mais clara os termos daquelas mais pertinentes.

Cada um dos textos expressa a linha de trabalho dos seus autores que, embora todos da geografia política, são diferentes entre si, o que demonstra a riqueza e as possibilidades do campo. Nesse sentido, proponho um percurso pelas questões que mais diretamente confrontam pontos de partida conceituais assumidos no meu ensaio. Destaco aqui que ao aceitar produzir um texto de geografia política para ser debatido defini um objetivo, não explícito, mas que percorreu toda a apresentação: desenvolver argumentos para demonstrar que a geografia política brasileira tem mais a ganhar em se libertar da prisão conceitual da geografia crítica, tornada consenso desde os anos 1970 e que, como todo ambiente de consenso teórico conceitual, silencia o debate. É a partir desse ponto de vista que procuro discutir os fantasmas subsumidos no conceito de política, submetido nesta matriz teórica às determinações econômicas da luta de classes,

CASTRO, I. E

ou seja, que submete os conflitos distributivos da esfera política àqueles da esfera da economia, que são conflitos produtivos. A sociedade como um todo e seu território estão presentes em ambos, mas o problema da justiça distributiva, tão cara à vertente crítica está na política e não na economia. A opção de definição e compreensão da política pelas matrizes teóricas da ciência política deriva do maior pluralismo conceitual e do debate nesta disciplina, além da forte dimensão espacial das pesquisas nesse campo. O Estado como problema se insere nessa mesma perspectiva, afinal a matriz marxista, mais preocupada com o seu desaparecimento na sociedade sem classes, influenciou fortemente a geografia política que temendo uma volta à clássica geografia do Estado e dos Estados Maiores voltou-se para a sociedade e os movimentos sociais. Não que ambos não sejam importantes, mas seu conhecimento sem considerar as injunções institucionais impostas pelo modelo territorial do Estado nação contemporâneo, com todas as suas limitações, é incompleto.

Assumir uma posição fora do consenso numa disciplina não é tarefa trivial uma vez que aderir a consensos traz o conforto do pertencimento, de falar a mesma língua intelectual do outro e partilhar dos mesmos pontos de vista sobre os diferentes objetos que o mundo da pesquisa oferece. Num ambiente acadêmico consensual a independência intelectual é uma escolha, nem sempre fácil, mas necessária por contribuir para abrir novas frentes de pesquisas. No caso da geografia política brasileira, considero que a criação do Geopol¹ e as muitas dissertações e teses defendidas, com doutores que atuam em diferentes universidades e órgãos públicos do país e hoje têm seus próprios grupos e orientações, criou um efeito multiplicador de novas temáticas e novas questões. Mas, sou obrigada a concordar com Wanderley Messias da Costa quando chama a atenção para combates que não valem a pena e por isso ele há muito tempo desistiu deles. Sou grata a ele por me alertar para esse ponto. Há caminhos bem interessantes na geografia política contemporânea plural e complexa em suas múltiplas escalas e institucionalidades para continuar trilhando.

¹ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território, criado em 1994.

CASTRO, I. E

Feitas essas considerações passo a focar nas análises sobre o ensaio. Optei por tratar individualmente cada uma tendo em vista as especificidades trazidas. Começo pelo trabalho do professor Wanderley Messias da Costa² que com sua elegância e generosidade percebeu e me alertou sobre as batalhas epistemológicas perdidas no mundo acadêmico da geografia crítica, que ele abandonou há muito tempo. O querido colega não apenas me chamou a atenção para a inutilidade desse combate, como mostrou o caminho a percorrer trazendo em seu texto as reflexões sobre o seu trabalho intelectual, consistente e sempre oportuno. Insisto, porém, que a geografia política deve continuar seu percurso, crítico à crítica, sempre se abrindo a novas perspectivas que inovam e arejam o campo. Os problemas concretos dos diferentes espaços políticos estão aí, diante de nossos olhos e inundando nossos territórios em todas as escalas da política exigindo da geografia uma atenção que as epistemologias críticas sequer conseguem perceber. Mas ele tem razão, há que deixar de lado o combate, de resto improdutivo, e continuar a tarefa de trazer utilidade à geografia política com temas como as manifestações políticas nas ruas e seus desdobramentos nas diferentes esferas dos espaços políticos institucionais como os legislativos³. Mas, mesmo decido a desistir desse combate sem fim, Wanderley o faz de outro modo quando demonstra a atualidade do arcabouço conceitual dos clássicos da geopolítica, deixando de lado as inconsistências das perspectivas críticas que pretendem que a geopolítica seja uma narrativa, um discurso de poder e não uma estratégia de disputa entre Estados por zonas de influência. De qualquer modo, convencido de que essa “insuficiência de uma ciência humana em seus objeto e método não é percebida ou admitida como tal pela nossa comunidade, ou seja – e apreciemos ou não esse fato – se está comprovado que a política e o Estado não fazem parte do habitat em que se originou e tem evoluído o pensamento e o

² Costa, W. M. Impressões sobre os rumos atuais da geografia política e da geopolítica (dialogando com Iná Elias de Castro). *Revista Espaço & Geografia*, v.25, no. 1, 2022

³ Sérgio Silva Borges. *Espaços políticos e a democracia: As ruas das jornadas de junho de 2013 e seus impactos político-institucionais*. 2020. Tese (Geografia) - UFRJ; Guilherme Felix Machado Filho. *Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas*. 2017. Dissertação (Geografia) - UFRJ; Rubens Buarque Gusmão. *Da integração territorial à formação do espaço político: pensando a democracia nas comunidades pacificadas - o caso do Morro Dona Marta*. 2014. Dissertação (Geografia) - UFRJ

CASTRO, I. E

discurso predominantes da geografia enquanto disciplina acadêmica, não é produtivo insistir nesse assunto” (Costa, 2022, p.3)

Ele concorda ainda comigo sobre não ser a sociologia a melhor parceira da geografia política, e muito menos a economia, ele ressalva. “Mas (sim) a ciência política, para a qual a política é a categoria central e constitutiva das instituições e das formas organizadas de disputas pelo poder na sociedade moderna”. Mas é sobre o Estado Moderno, questão crucial para esse debate que ele assinala que “geógrafos passam ao largo de quaisquer considerações sobre ele, um grave problema apontado em meu livro de 1992 e tendência ampliada com os avanços da chamada teoria crítica a partir dos anos 1980...” (Costa, 2022, p.2). Aliás, questões recorrentes e também apontadas em meu livro Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições, de 2005, atualmente em sexta edição.

A partir das discussões trazidas no meu ensaio, Wanderley aprofunda e faz críticas severas ao “evidente contrassenso para os iniciados da área, até mesmo a geografia política e a geopolítica tornaram-se alvos de insistentes ofensivas visando sua despolitização, desestatização e desterritorialização” (Costa, op. cit.p.3). Ele chama a atenção do porquê da sua desistência do combate epistemológico na geografia política e geopolítica “em uma comunidade acadêmica nem um pouco interessada nele”. Seu texto vai muito além do meu, com um aprofundamento das discussões na geopolítica, seu campo de eleição, que devem ser considerados com atenção.

Considero o texto do colega uma leitura obrigatória pela crítica aos desvios epistemológicos de uma geografia política que passou a ignorar o poder territorial do Estado, seja com base seja nas elaborações de Foucault seja na inspiração da economia mundo de Wallerstein. Em ambos os casos, as questões levantadas por Michel Mann⁴ sobre o fundamento do poder territorial do Estado são ignoradas na geografia. A contribuição de Wanderley Messias da Costa é ainda importante pelo conteúdo das questões fundamentais da geopolítica contemporânea e do ofício do geógrafo frente a elas. Especialmente o problema

⁴ Mann, Michael. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: Hall, J. A. (Org.) Os Estados na história. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1992.

CASTRO, I. E

das guerras, nunca resolvido na história da humanidade, destacando as guerras identitárias e os muitos episódios de violência que são desencadeados por quaisquer guerras. Wanderley conclui suas considerações chamando a atenção para a extensa produção acadêmica brasileira nos campos da geografia política, geopolítica e gestão do território. Não tenho dúvidas quanto a isso, embora considere que no caso particular da geografia política há muitos trabalhos nos quais a política está submetida à economia. Não tratei de um estado da arte na geografia política brasileira, algo que merece ser feito, minha suspeita sobre essa submissão, porém, se confirma quando da constante busca por bibliografia em cada passo da pesquisa e da produção de artigos que venho fazendo há muitos anos.

O texto do Professor Aldomar Ruckert⁵, colega com importante experiência na geografia política brasileira e nos debates e contribuições para a gestão do território resgata trabalhos dos geógrafos Paul Claval e Yves Lacoste, referências necessárias à disciplina, bem como faz um percurso sobre seus conteúdos nos cursos de geografia nos grupos de pesquisas do país. O colega chama a atenção para renovação das pesquisas em geografia política a partir dos CONGEOs (Congresso de geografia política, geopolítica e gestão do território). Seu texto vai bem além do meu pelos desdobramentos do campo de pesquisas em geografia política, oferecendo uma contribuição para aqueles dedicados ao tema, dentro e fora da geografia. Seus apontamentos deixam claro a importância e o vigor da disciplina em suas diversas vertentes e subcampos e levantam alguns pontos que considero merecem ser discutidos e em alguns casos esclarecidos.

O primeiro é sua questão “a Geografia Política tem a ganhar com a Ciência Política, mas o contrário é verdadeiro?” (Ruckert, 2022, p. 31). Há aqui um certo incômodo com a ideia que defendo sobre os fundamentos conceituais da ciência política serem mais úteis à geografia do que os da sociologia, muito mais apropriados pela disciplina. Talvez seja um bom momento de esclarecer que a ciência política utiliza, e muito, conceitos da geografia e que recorre a seus

⁵ Ruckert, Aldomar Arnaldo. Geografia Política: o que é afinal e para que serve” por Iná E. de Castro. Comentários e reflexões. Revista Espaço & Geografia, v.25, no. 1, 2022

CASTRO, I. E

clássicos em diferentes ocasiões. Para ficar numa incorporação mais conhecida, a geografia eleitoral proposta pelo geógrafo e analista político André Siegfried é um campo importante da ciência política e que muito lentamente os geógrafos vêm se reapropriando. Nas análises políticas das relações entre Estados, os clássicos da geografia política e geopolítica são resgatados. Que fique claro, não há qualquer submissão epistemológica à ciência política, aliás da mesma forma que não há em relação aos muitos conceitos da sociologia apropriados pela disciplina. Mas, reconheço o incômodo com a pluralidade epistemológica numa disciplina fortemente caudatária das vertentes críticas, como bem apontou Wanderley Messias da Costa em seu texto nessa mesma Revista para quem não há muito que discutir com uma comunidade acadêmica nem um pouco interessada nesse debate.

Um segundo ponto a debater e esclarecer é seu entendimento sobre espaço político significar “território”, como na sua forma original em Ratzel, apesar de esse autor não utilizar explicitamente o termo, como bem esclarece o colega. Há aqui uma questão interessante, uma vez que a ideia de conceituar o espaço político e trabalhar empiricamente com ele tem aberto amplo campo de investigações, como as teses, dissertações e monografias do Geopol demonstram. Ater-se ao conceito de território é uma opção, especialmente para quem se dedica a investigar problemas de gestão do território, mas reduzir a ideia de espaço político a este conceito é deixar de lado as amplas possibilidades da ação política no espaço que não são contempladas nas vertentes mais usuais do conceito, que em muitos casos percebe o território como um campo de força dos agentes econômicos hegemônicos, sem deixar qualquer espaço para a dinâmica sub-reptícia dos sujeitos políticos. Ao contrário da rigidez institucional do território, o espaço político é o lugar da transgressão, e por isso ele é interessante.

O terceiro ponto a esclarecer é sobre minha afirmação de não ser bonita a história social do nosso país. Parece-me que há aqui um contraponto em sua afirmação sobre o regime liberal democrático do país, mas o recurso ao colega Diego Pautasso e sua citação historiador Domênico Losurdo e de sua obra como

CASTRO, I. E

“Contra-História do Liberalismo” (Ruckert, 2022, p. 36) fez para mim uma certa confusão, especialmente quando é colocada a conjunção adversativa “entretanto” antes da citação da minha afirmação.

Vou tentar esclarecer o que quero dizer sobre não ser bonita a história social do país. Já disse em outros textos que o Brasil é um bom exemplo de elitismo, desigualdades sociais, violência, pobreza e exclusão. Já escrevi também sobre ser a política brasileira dominada por grande número de grupos com poder de veto, o que torna quaisquer reformas estruturantes nos campos das políticas sociais ou econômicas extremamente lentas e difíceis. A perspectiva da democracia no país é fundamental para dar visibilidade a essas dificuldades e é o que tenho procurado focar, desde minha tese de doutorado sobre o papel da elite nordestina na política nacional⁶ e minha Conferência de concurso para professor titular da UFRJ sobre a democracia. No entanto, para os colegas da vertente da geografia crítica, e este tem sido o combate que o colega Wanderley Messias da Costa me sugere sutilmente abandonar, mais vale o diagnóstico, aliás evidente e repetitivo, do que a compreensão dos mecanismos mais sutis de preservação do status quo. Daí minha preocupação maior em compreender o país sem as simplificações dos libelos contra o capitalismo, o liberalismo, a democracia e tudo mais que não seja a grande revolução, aliás bem fora de moda neste século XXI depois de todos os exemplos da história do século XX.

O quarto ponto refere-se à confusão do colega sobre uma possível contradição entre a interface com a ciência política e a importância do território como tema na geografia. Compreender a história e a gênese do Estado como objeto de investigação deveria ser uma pauta básica na geografia. Esta pauta existiu nos clássicos da geografia política e foi abandonada com a geografia crítica de inspiração teórica marxista e as perspectivas leninistas do fim do Estado. Aliás, não é possível compreender este objeto geográfico fundamental para a disciplina sem conhecer os pensadores mais importantes da modernidade desde o século XVI como Maquiavel, Locke, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville que

⁶ Castro, I.E. O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro, 1ª Ed. Editora Bertrand, 1992 e 2ª Ed. Terra Escrita, 2121.

CASTRO, I. E

estabeleceram seus pressupostos e influenciaram os rumos da história europeia e do mundo sob sua influência. E não há qualquer contradição com a noção de território, tendo em vista que não há Estado sem ele. Maquiavel, ao final da sua carta ao Príncipe e seus conselhos para a criação de um Estado que fosse duradouro, chama a atenção para os riscos de uma Itália fragmentada territorialmente e vulnerável à cobiça de outras potências europeias. Existem muitas reflexões sobre o fundamento territorial do Estado moderno, embora a geografia muitas vezes as ignore, o que é uma pena uma vez que os clássicos não conheciam divisões corporativas e partilhavam seus conhecimentos sobre ele. Aliás, assim como o conceito de território não tem sua gênese na geografia, mas foi apropriado por ela, o mesmo ocorre com a ideia de Estado, pensado na filosofia e apropriado por diferentes áreas do conhecimento. Não há razão para que a geografia não seja uma delas.

Por último, passo aos comentários finais em que o colega fala sobre o meu texto ser denso e por vezes um tanto hermético, este é um comentário que registro e agradeço, embora tenha a meu favor as dificuldades de fazer um percurso sobre um tema tão amplo como a geografia política em poucas páginas. Mas, apesar disso, as muitas informações e digressões no texto do colega indicam o quanto o ensaio foi útil ao debate.

Vale lembrar aqui a questão do neo-institucionalismo e a lacuna teórica da qual o autor se queixa. Este foi um tema que desenvolvemos no Geopol na década de 2000 e nos rendeu bons frutos. Foram produzidas teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias e artigos⁷ que podem ser úteis às

⁷ Maria Monica Vieira Caetano O'Neill. As Bases Territoriais Institucionais: Novas Configurações no Espaço Nordeste. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - UFRJ. Orientador: Iná Elias de Castro; Antonio Angelo Martins da Fonseca. Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para a capacitação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista - BA (1997-2003). 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - UFRJ. Orientador: Iná Elias de Castro; Fabio de Oliveira Neves. A Política e suas Instituições na Questão Ambiental. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) – UFRJ, CNPq. Orientador: Iná Elias de Castro; Juliana Nunes Rodrigues. O Município como Escala de Gestão no Brasil Contemporâneo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) UFRJ, CNPq. Orientador: Iná Elias de Castro; [CASTRO, I. E.](#) Territorialidade e institucionalidade das desigualdades sociais no Brasil. Potenciais de ruptura e de conservação da escala local. Geosp, São Paulo, v. 18, p. 35-51, 2005; [CASTRO, I. E.](#); RODRIGUES, J. N. . Territorialidade das instituições participativas no Brasil. A localização como razão da diferença. Revista do IEEE América Latina, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-20, 2004; [CASTRO, I. E.](#) Instituições e cidadania no território nordestino. MERCATOR - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 3, p. 45-52, 2003; [CASTRO, I. E.](#) Instituições

CASTRO, I. E

indagações do colega. Neste, como em outros temas, a geografia deve buscar fora dos seu campo os debates conceituais e material útil para as pesquisas na disciplina. Há toda uma vertente conceitual de institucionalistas na economia e na ciência política e mesmo na geografia que nos ajudam a refletir sobre o território de ação de agentes públicos e privados.

Sobre o Estado como problema na geografia crítica, considero esse debate esgotado para mim, até por que quando vejo os argumentos trazidos por este campo, como os oferecidos por Diego Pautasso que o colega Aldomar usa como interlocutor, sobre “vasta literatura que discute a autonomia relativa do Estado” lembro que um rápido percurso por esta literatura, que conheço bem, torna evidente o quanto essa autonomia é mesmo muito relativa e o quanto a sua institucionalidade é sempre vista como submetida aos interesses hegemônicos do capital, tornando o Estado um epifenômeno, o que explica o pouco interesse que ele desperta. Devo confessar ainda que sempre me espanto, especialmente quando em pleno século XXI assisto na geografia argumentos revolucionários subsumidos nas diatribes anticapitalistas. Sob o manto da virtude do bom combate há um grande desconhecimento sobre a renovação dos debates no campo mesmo do marxismo, especialmente na Itália desde os anos 1970, da geografia do mundo contemporâneo e da vasta literatura que busca compreendê-lo a partir de pesquisas da própria geografia, da geopolítica, da história, da política, da economia etc., o que torna ultrapassados muitos dos argumentos bramidos pela vertente crítica pouco informada e, em alguns casos, ingênua.

O colega Antonio Angelo Martins da Fonseca, desde sua tese de doutorado, tem trabalhado com a perspectiva institucional na geografia política, especialmente na escala municipal que ele identificou como um território político institucional. Com seu distanciamento prudente das vertentes críticas mais radicais, o colega transita pelas vertentes mais aplicadas da geografia política, sem, contudo, perder de vista o rigor teórico conceitual. Considero que este

e territórios. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania no Brasil. GEOSUL, v. 19, p. 16-32, 2003; [CASTRO, I. E.](#) Territorialité des ressources institutionnelles au Brésil. Communes, mobilization et participation.. Revista do IEEA América Latina, Paris, v. 1, p. 1-20, 2003.

CASTRO, I. E

percurso propiciou seu olhar ao mesmo tempo arguto, crítico e generoso sobre as questões propostas no meu ensaio. Seu texto que começa de forma leve e objetiva já no título, “A caça fantasma vem aí”, deu visibilidade aos fantasmas e o que chamou de fantasmilhas que a geografia e geografia política têm dificuldade em exorcizar.

Agradeço o modo como o colega em suas considerações esmiuçou meu texto, compreendeu seu objetivo e tornou o debate mais claro para quem se interessa por ele. Sua análise explicita os termos da polêmica que propus originalmente, esclarece e melhora a questão central do debate, ou seja, o fantasma da submissão da política à economia e, de roldão, do Estado como instituição político-territorial. Ele chama a atenção sobre a escolha dos instrumentos de caça aos fantasmas que “envolvem de um lado, a maior valorização do diálogo com a ciência política, e de outro, a importância da reflexão sobre o Estado Territorial para a compreensão da política” (Fonseca, 2022, p. 59)⁸. E oportunamente acrescenta que apesar de todos os fenômenos planetários como – as mudanças climáticas, a pandemia, a globalização econômica, o narcotráfico, os novos movimentos sociais internacionais – que acirram o “campo de forças” envolvendo circulação e iconografia, não significam uma ruptura com o Tratado Westfaliano de 1648 que estabeleceu pressupostos do sistema estatal moderno (op.cit. p.59).

De modo bem humorado ele chama a atenção para os “fantasmilhas”, como a falta de clareza sobre o significado de política e destaca a grande resistência de geógrafos políticos em relação aos estudos e pesquisas sobre justiça espacial/territorial. E acrescenta esta resistência como um “fantasmilha” a mais no rol dos demais elencados no meu texto, destacando que assim como os outros, este também precisa ser exorcizado. O colega traz importante contribuição ao debate quando ressalva a necessidade de novos temas e abordagens no desenvolvimento da disciplina, porém sem excesso de pluralismo. Para ele, pesquisas envolvendo governança, distribuição espacial de bens e serviços, equidade territorial, desigualdade etc. podem ser enriquecidas com a inserção da

⁸ A.A.M. Fonseca. A caça fantasma vem aí! Revista Espaço & Geografia, v. 25, no. 1, 2022.

CASTRO, I. E

abordagem da justiça. Um campo de reflexão e análise que enriquece a geografia política.

O último comentário sobre as questões levantadas no meu ensaio sobre a geografia política é do colega Adilar Antonio Cigolini que centrou sua análise na questão título de suas considerações: “A questão do Estado na geografia política contemporânea”. É a partir dessa inquietação provocada pelas reflexões do meu texto que o colega se debruça sobre as pesquisas da Geografia Política no país e o lugar ocupado, direta ou indiretamente pelo Estado. A preocupação está ligada à sua trajetória de pesquisa voltada para a divisão territorial na escala local, no caso a criação de municípios. E ele relata, algo que conheço bem, “o olhar questionador de muitos geógrafos políticos: mas, o Estado? Com tantos problemas que existem você ainda está no Estado?” (Cigolini, 2022, p. 64)⁹. Esse é certamente um problema de fundo da geografia política brasileira, também trazido Wanderley Messias da Costa, de imagina poder ignorar a questão central da disciplina.

Cigolini dá importante contribuição em seu texto ao trazer o levantamento dos diferentes eixos temáticos nos anais do CONGEO – Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território e investigar de que modo o Estado é abordado nos trabalhos apresentados. Sua intuição, confirmada após os levantamentos, é que o Estado tem sido muito mais presente do que, num primeiro momento, parece. Mesmo tendo um caráter exploratório, sua pesquisa apontou que o Estado, como instituição territorial, encontra-se presente direta ou indiretamente na maioria dos trabalhos apresentadas naqueles Congressos. Não reproduzo aqui os dados levantados, mas considero seu texto leitura obrigatória para quem quer conhecer um pouco mais da evolução das temáticas da geografia política nas últimas décadas no país.

A primeira conclusão a partir do seu levantamento, é que o Estado ainda é objeto central na Geografia Política e que “direta, indiretamente ou de forma transversal aos temas, ele está presente”. A partir daí ele problematiza minha

⁹ A.A., Cigolini. A questão do Estado na geografia política contemporânea. Revista Espaço & Geografia, v. 25, no. 1, 2022.

CASTRO, I. E

questão de como fazer geografia política sem compreender o que é esse modelo. Por ser um geógrafo que pesquisa justamente a dimensão territorial da estrutura estatal, o colega percorre esta temática com competência e coloca as questões necessárias. E afirma que mesmo se grupos particulares criam espaços através dos seus desejos, valores e práticas, o Estado, como vetor de poder, interage de alguma forma com esses desejos, valores e práticas, de forma negativa ou positiva.

Em sua análise, ele observa o problema da diferença entre o que seria o modelo teórico ideal de Estado de direito e a realidade cotidiana das muitas injustiças em sociedades regidas por ele e aponta uma lacuna na compreensão sobre esse modelo de gestão político territorial. Trazendo o caso brasileiro como um desafio frente à histórica desigualdade social no país ele aponta para o paradoxo entre o poder legítimo da instituição e a seu aparelhamento por grupos de interesse nada republicanos. E aqui, deve ser chamada a atenção para o fato implícito em sua análise, mas aparentemente não percebido claramente, de ser o Estado um construto social e sendo assim ele refletirá as virtudes e os vícios da sociedade. Me parece que essa é uma questão incômoda, mas necessária que muitas vezes atravessa as pesquisas na geografia e estabelece premissas de ser a sociedade o lugar da virtude o Estado ou a política o lugar do vício.

É neste sentido que o colega conclui sobre o papel de mediação das instituições e a necessidade de compreender o Estado a partir de realidades concretas, nos marcos históricos, sociológicos e geográficos da sociedade específica. Estou plenamente de acordo com ele e tenho dito isso há algumas décadas. Minha dúvida é se este argumento será considerado. Para muitos colegas o modelo abstrato do estado de natureza hobbesiano é muito distante, principalmente frente ao modelo ideologicamente mais generoso do bom selvagem de Rousseau. Pensar no modelo de Hobbes muito mais realista é refletir que ruim com ele, pior sem ele.

Finalizo agradecendo mais uma vez a oportunidade de esclarecer dúvidas, realçar pontos de vista e identificar questões e temas que merecem ser trabalhadas com mais profundidade. E reforço minha convicção sobre a

CASTRO, I. E

importância da política e seus espaços nas instituições que regem a vida social, entre elas aquelas que compõem as estruturas do Estado e do governo. O momento atual de ameaças tão flagrantes aos princípios da democracia brasileira, especialmente aquele básico de quem perde a eleição entrega o cargo, com visibilidade no espaço de uma paisagem política que se quer disruptiva, com atores sociais ocupando espaços públicos e, paradoxalmente, tornando esses espaços da não política, ou seja, da violência contra os próprios princípios da política devem merecer atenção especial da geografia política.